

Senado envia à Câmara novo Código de Processo Penal

Genaldio Magalhães/Senado Federal



José Sarney (E) e Augusto Botelho, durante a votação: novo CPP diminui possibilidade de recursos dos advogados para adiar julgamento

Dois anos depois de iniciar processo de modernização da lei, Plenário aprova projeto amplamente debatido com a sociedade

Em sessão extraordinária ontem à noite, o Senado aprovou o projeto de novo Código de Processo Penal, que agora será analisado pela Câmara dos Deputados. A proposta é resultado de dois anos de estudos e

discussões com a sociedade. O relator do projeto, senador Renato Casagrande, destacou entre as inovações no código a garantia do direito da vítima. O texto simplifica e moderniza o processo e acaba, por exemplo, com as prisões especiais. **8**

José Cruz/Senado Federal



Indicação de Alexandre Tombini vai ao Plenário

O economista foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos para ocupar a presidência do Banco Central. **3**

Tombini (E), Garibaldi Alves Filho, presidente da CAE, Aloizio Mercadante, relator da indicação, Osmar Dias e Romero Jucá

Regulamentação das TVs por assinatura continua sem consenso **4**

Para sair do papel, usina de Belo Monte depende de conciliação **6**

Alvo de denúncias, Gim renuncia a relatoria do Orçamento. Ideli assume **5**



José Cruz/Senado Federal



Moneira Maniz/Senado Federal

Gim Argello anunciou renúncia em carta. Ideli Salvatti foi indicada pela liderança do bloco governista



Jonas Pereira/Senado Federal

Apresentadora Sabrina Sato prestigia desfile, que marcou 1º dia da semana inclusiva

Senadores pedem maior inclusão da pessoa com deficiência na sociedade **2**

Programação da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência inclui debate, hoje, sobre a convenção das Nações Unidas para o assunto



Apresentações artísticas marcaram o primeiro dia da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senadora Marisa Serrano discursa na homenagem promovida na sessão de ontem, no Plenário

Senadores cobram inclusão da pessoa com deficiência

VÁRIOS SENADORES PARTICIPARAM ontem, no Plenário, da sessão de abertura da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo programa Senado Inclusivo. O objetivo é incentivar debates e ações para inclusão de pessoas com deficiência.

Na programação, houve um desfile de moda inclusiva com a participação do ex-jogador de futebol e deputado federal eleito Romário de Souza Faria e sua filha Ivy, que é portadora da síndrome de Down. Também foi aberta a exposição *Obraviva – Sonho e Realidade*, com as obras de Arthur Bispo do Rosário.

Hoje será realizado o 6º Fórum Senado Debate Brasil, com o tema “Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência nos planos nacional e internacional”. Em seguida, o capitão Nelson Leoni fará palestra sobre o livro *Haiti: uma lição de vida*. O militar, reformado devido a um acidente ocorrido durante a missão de paz do Brasil no Haiti, contará como sobreviveu a um tiro de fuzil.

Amanhã, último dia do evento, os participantes elaboram um documento com as conclusões do encontro. Haverá, também, apresentação dos atletas do Comitê Paraolímpico Brasileiro e show das bandas Toque Especial e Tribo de Jah.

Entusiasmo

No Plenário, os senadores demonstraram entusiasmo com o trabalho de inclusão dos portadores de deficiência na sociedade. Marisa Serrano (PSDB-

MS) chamou a atenção para a necessidade de valorização da diversidade humana.

– É preciso superar os preconceitos, sejam os que afastam essas pessoas da vida profissional, por suposta incapacidade, ou os que fazem cair no “coitadismo”, pelo qual são consideradas dignas de pena – disse Marisa.

Papaléo Paes (PSDB-AP) considerou a crescente consciência sobre os direitos das pessoas com deficiência uma das grandes conquistas da modernidade. O senador mencionou avanços na Casa desde a implementação do Programa Senado Inclusivo, que ajustou grande parte das instalações físicas à circulação de pessoas com deficiência, com rampas, elevadores, banheiros adaptados e sinalização em braile.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) parabenizou o Senado pela criação do programa de acessibilidade. Augusto Botelho (sem partido-RR) leu o discurso que seria feito por Flávio Arns (PSDB-PR), autor do requerimento de homenagem.

– A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cumpriu com a missão de compatibilizar direitos humanos, costumes e culturas de cada nação, de forma que possa ser atendida e respeitada em qualquer localidade do planeta – disse.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) observou que o termo “acessibilidade” significa mais do que a simples construção de rampas para passagem de cadeirantes.

Congresso sedia desfile de moda inclusiva

Uma passarela foi montada no Salão Negro do Congresso Nacional na noite de ontem para o desfile de moda inclusiva da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovido pelo Programa Senado Inclusivo. O evento foi aberto por um grupo de dança formado por portadores da síndrome de Down.

Dezenas de portadores de deficiência ocuparam a passarela ao lado de personalidades, políticos, atores de televisão e atletas paraolímpicos. O desfile apresentou roupas adaptadas para auxiliar as pessoas que têm dificuldades em se vestir. Velcro, zíperes, cortes específicos e tamanhos confortáveis evidenciaram que pequenas alterações na confecção trazem mais comodidade a quem tem necessidades especiais.

Para Natália Mayara, cadeirante, a iniciativa valoriza a autoestima de quem tem algum tipo de deficiência.

– É boa não só por divulgar a importância dos portadores de deficiência para a sociedade, mas também por demonstrar como pode ser difícil para alguns executar tarefas consideradas simples.

Estiveram no evento os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) e o senador eleito Lindberg Farias (PT-RJ).



Paim lembra que estatuto assegura renda mínima para os deficientes

Paim pede que Câmara vote estatuto, parado há anos

Ao elogiar a 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em exame na Câmara dos Deputados.

– Apelo aos deputados que votem o Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado aqui há anos. Debateremos exaustivamente. Parece que há forças ocultas que não querem sua aprovação

– lamentou o senador.

Paim mencionou um dos artigos do estatuto pelo qual a pessoa com deficiência que comprovar a falta de condições financeiras para manter-se terá direito a um salário mínimo.

– É instrumento fundamental para que pessoas com deficiência possam atingir níveis de inclusão e participação maior. Consolida textos das melhores legislações do mundo – disse.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MP continua trancando a pauta

14h A sessão ordinária deliberativa continua com a pauta trancada pela Medida Provisória 499/10, que criou o cargo de chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Presidência Ministros do TCU

10h30 O senador José Sarney participa da posse dos ministros Benjamin Zymler e Augusto Nardes nos cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente, do Tribunal de Contas da União. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Pesquisa de clones animais

8h30 Projeto que regulamenta as atividades de pesquisa, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones animais será examinado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Fórum Direitos das pessoas com deficiência

9h 6º Fórum Senado Debate Brasil abordará o tema “Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência nos planos nacional e internacional”, no Auditório Antonio Carlos Magalhães

CE Preconceito e inclusão na escola

10h Audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre necessidades especiais, com o tema “Diversidade nas escolas: preconceito e inclusão”.

CCJ Férias coletivas dos magistrados

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa pauta com 78 itens. Entre eles, proposta que disciplina o direito a férias coletivas dos magistrados e membros do Ministério Público.

CRE Embaixador na Jamaica

10h A comissão sabatina Antonio Francisco da Costa e Silva Neto e Jorge D'Escagnolle Taunay, para embaixador na Jamaica e para delegado junto à Organização de Aviação Civil Internacional, respectivamente.

CDH Trabalho nos frigoríficos

10h “A relação com o trabalhador na indústria de alimentação – frigorífico aviário” é o tema de debate com Roque Manoel Perusso Veiga, do Ministério da Saúde, e Remigio Todeschini, do Ministério da Previdência Social.

CAS Galeria de ex-presidentes

10h Os retratos dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Patrícia Saboya (PDT-CE) serão incluídos na galeria de ex-presidentes da comissão. Na pauta, indicação de Eduardo de Azeredo Costa para diretor da Anvisa.

Congresso Créditos orçamentários

12h Sessão conjunta do Congresso, na Câmara, para votar projetos que abrem crédito orçamentário suplementar em favor de órgãos do Executivo.

CMO Votação de relatórios setoriais

14h30 A Comissão Mista de Orçamento se reúne para votar relatórios setoriais das dez grandes áreas do Orçamento para 2011.

Evento Palestras e arte

16h Apresentações artísticas e palestras integram a 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, no Salão Negro.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos deram 22 votos favoráveis e um contrário ao nome de Alexandre Tombini para a presidência da autoridade monetária. Indicação vai agora ao exame do Plenário

CAE aprova Tombini para o Banco Central

Indicado para a presidência do banco, o economista diz que Dilma Rousseff garantiu autonomia à instituição na condução da política monetária

ESCOLHIDO POR DILMA Rousseff para presidir o Banco Central, o economista e atual diretor de Normas da instituição, Alexandre Tombini, declarou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que recebeu da presidente eleita a garantia de que o banco desfrutará em sua gestão de plena autonomia operacional para perseguir os objetivos da política monetária. Ele citou o compromisso com uma meta de inflação de 4,5% para os próximos dois anos, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

– Julgo importante ressaltar que o compromisso exigido pela presidente eleita, ao me convidar para presidir o BC, é de que essa instituição, sob a minha liderança, caso minha indicação seja aprovada, persiga de forma incansável e intransigente o cumprimento da missão institucional de assegurar a estabilidade do poder de

compra da moeda – disse.

Após a sabatina, a CAE aprovou a indicação de Tombini, por 22 votos favoráveis e um contrário. Relatada pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a mensagem com a indicação foi enviada ao Senado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, num acordo com a presidente eleita. A indicação vai agora ao exame do Plenário.

Funcionário de carreira do BC há 15 anos, Tombini já atuou nas pastas da Fazenda e do Planejamento e na representação do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O economista afirmou que considera sua indicação ao cargo como o reconhecimento da qualidade do corpo técnico do Banco Central e o “ápice de uma aspiração pessoal”. Se confirmado para a função, ele disse que a tarefa de assegurar o poder de compra da moeda terá atenção especial.

– A estabilidade do poder de

compra de nossa moeda, o real, é uma conquista da sociedade brasileira, e sua manutenção é um desafio permanente, cuja responsabilidade recai sobre todo o governo, principalmente sobre o Banco Central – disse.

Tombini salientou que taxas elevadas de inflação têm efeitos nocivos sobre toda a economia, sendo ainda mais perversos sobre a renda da população, em particular para os segmentos de baixa renda. Por isso, reforçou que o objetivo primordial da

política monetária é manter a inflação em níveis baixos e estáveis e que o BC tem que ter credibilidade para que a condução dessa política alcance os objetivos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, o governo e a sociedade.



Mercadante (D), tendo ao lado Garibaldi e Tombini: “Indicado tem competência acadêmica e profissional muito qualificada”

Receita: elevar investimentos e deixar inflação baixa e estável

Alexandre Tombini destacou também que, para o planejamento das empresas e famílias, é necessário que a inflação continue baixa e estável, no médio e longo prazos. Nesse quadro, observou, há condições para a elevação sustentável dos investimentos, da produção e dos níveis de emprego e renda. Ou seja, a previsibilidade da inflação em nível baixo e estável é condição para o crescimento sustentável.

– Não há exemplo de país que tenha experimentado período prolongado de crescimento com inflação alta. Pelo contrário, há evidências empíricas de que quanto mais elevada a inflação, também maior será o prejuízo para o crescimento e o nível de emprego por período prolongado.

Tombini lembrou que a própria experiência da economia brasileira ajudou a “refutar o dilema” de que era impossível conciliar crescimento e estabilidade de preços. Nos últimos anos, conforme disse, a inflação foi mantida num patamar baixo e o nível de crescimento médio foi maior quando comparado com o resultado das

décadas anteriores de elevada inflação.

O indicado para o BC afirmou que o regime de metas de inflação, política que disse ter tido a “honra de ajudar a implantar”, é o instrumento mais adequado para assegurar o poder de compra da moeda. Para ele, o sucesso do regime se deve a três características: a simplicidade, a facilidade de aferição e a transparência. Como assinalou, o regime de metas tem obtido “sucesso inquestionável” para coordenar as expectativas dos agentes econômicos, permitindo absorver choques com menores custos para a sociedade.

Disse ainda que a política macroeconômica baseada no controle da inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal tem se mostrado sólida e eficiente. Como assinalou, essa política foi testada na crise financeira de 2008 e contribuiu para que o país fosse um dos últimos a sentir os impactos. Para isso, observou, foram também importantes a qualidade e a eficiência da regulação e a supervisão das instituições financeiras.

Esforço para manter estabilidade e poder do real

O futuro presidente do BC disse, durante a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos, que não hesitará em lançar mão de “medidas prudenciais” para manter a inflação sob controle, a estabilidade da economia e o poder de compra da moeda, além de prevenir a formação de bolhas de crédito.

– Não hesitarei em adotar medidas prudenciais e macroprudenciais que garantam o crescimento do crédito de forma sustentável – afirmou.

No debate, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o pacote de medidas adotado pelo BC este mês, que, segundo ele, indicaria uma política econômica mais austera no próximo ano, oposta ao que o governo anunciava antes das eleições.

– A impressão que fica é que nós estávamos no Brasil ficção e passamos ao Brasil real. É o que concluímos com essas medidas que tratam de ajuste fiscal rigoroso, o pacote anunciado com o temor da elevação da inflação – disse o senador.

Em resposta, Tombini defendeu as novas medidas que, de acordo com ele, permitirão a estabilidade do sistema financeiro. Assinalou a importância das “medidas prudenciais” adotadas recentemente, “até para a própria segurança do sistema

e da economia”, defendendo, também, uma proximidade maior entre o câmbio flutuante e os fundamentos econômicos, sem “simplesmente deixar que políticas de outros países determinem a direção dessa importante variável econômica”.

Os senadores também demonstraram preocupação com o controle da inflação e com a taxa de juros. Respondendo a questionamentos de Francisco Dornelles (PP-RJ), Eduardo Sulpicy (PT-SP), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Valdir Raupp (PMDB-RO), Tombini defendeu a manutenção da política econômica do atual presidente do BC, Henrique Meirelles.

Ele lembrou que o BC tem conseguido manter a inflação próxima – “quando não em cima” – das metas e isso, afirmou, abriu espaço para a queda da taxa de juros real na economia.

Autonomia

Indagado por senadores a respeito da autonomia de que gozará o BC durante o governo Dilma, ele garantiu que, mes-

mo sem uma regulamentação legal, a instituição desfrutará de autonomia operacional para perseguir a meta de inflação, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5% para os próximos dois anos.

– O sistema de metas para a inflação adotado em 1999 é o embrião da autonomia operacional do BC. Ele garante ao BC perseguir essa meta de forma autônoma.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), relator da mensagem da Presidência da República com a indicação de Tombini, afirmou que o indicado tem “competência acadêmica e profissional muito qualificada”.

Alexandre Antônio Tombini é funcionário de carreira do BC, onde trabalha há mais de 15 anos. Na instituição, ocupou as funções de diretor de Estudos Especiais e a chefia do Departamento de Estudos e Pesquisas. Também atuou nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. Ele formou-se em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e obteve o doutorado em economia pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos.

Tombini diz que não hesitará em adotar “medidas prudenciais” para manter a inflação sob controle

Nova audiência pública conjunta de comissões do Senado ouve representantes da área, mas projeto de expansão para o setor divide opiniões



Senador Demóstenes Torres (3º à esq.) observa um dos palestrantes da audiência de ontem: produtores independentes apoiam projeto, mas emissoras são em geral contrárias ao sistema de cotas sugerido

Senadores defendem novo marco regulatório

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) opinou que o setor de TV por assinatura brasileiro é carente de um marco regulatório. Por sua vez, Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que, dentro das novas regras para o setor, espera ver a instituição do sistema de cotas.

– O difícil é trocar de canal centenas de vezes e não ver nada nacional. Não há inconstitucionalidade, há sim defesa do povo brasileiro – disse Ideli.

A senadora defendeu a aprovação imediata da proposta e recebeu o apoio de Inácio Arruda (PCdoB).

– Até hoje não conseguimos dar espaço para as produções regionais brasileiras. Parece brincadeira, mas na verdade é uma vergonha. Não entendo por que criar obstáculos contra as cotas. Não se quer que a cara do povo brasileiro se projete – declarou Inácio Arruda.

Já Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ponderou que os senadores devem analisar o PLC 116/10 com calma e profundidade. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) concordou e disse que o Senado pode resolver alguns dos impasses presentes na proposta por meio de emendas. O problema é que o projeto teria de ser analisado novamente pela Câmara dos Deputados, onde já tramitou por três anos.

Mais um debate. E impasse segue na TV por assinatura

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta ontem à tarde, cinco comissões do Senado discutiram o projeto de lei da Câmara (PLC 116/10) que regulamenta o serviço de TV por assinatura em qualquer meio eletrônico, estendendo a possibilidade de atuação no setor às companhias telefônicas.

A proposta recebeu duras críticas de alguns convidados, mas foi apoiada por outros palestrantes e senadores. O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demóstenes Torres (DEM-GO), presidiu a reunião e reconheceu que o projeto apresenta vícios e problemas de constitucionalidade.

Demóstenes disse que o projeto precisa ser aperfeiçoado pelos senadores, o que o levaria de volta para nova análise da Câmara dos Deputados, enquanto a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a aprovação da proposta ainda em 2010.

Participaram da audiência pública representantes das associações brasileiras de Radiodifusores (Abra), de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), de Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV),

das Produtoras de Audiovisual (APBA) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (Siaesp), do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC-MJ), além do professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Jacintho Arruda Câmara, e um representante da SKY.

Conselheiro da Abra e presidente do Grupo Bandeirantes de Comunicação, João Carlos Saad afirmou ser contrário à aprovação do projeto. Para Saad, a proposta que agora tramita no Senado é “um verdadeiro

Frankenstein” devido às mudanças promovidas pela Câmara, embora tenha nascido “com boa intenção”. Como outros palestrantes, Saad disse ser contra a previsão no projeto de lei de fixação de cotas de conteúdo nacional em programas das emissoras da TV por assinatura.

Pela ABPI-TV, o conselheiro Adriano Roberto Civita defendeu a aprovação do projeto. Para ele, a proposta vai dar mais oportunidades e visibilidade para os produtores brasileiros de audiovisual. Civita afirmou

que o sistema de cotas para programas nacionais existe em vários lugares do mundo, como Estados Unidos e União Europeia.

– O produtor nacional tem poucas chances de chegar à TV comercial. É preciso mais espaço e maior democratização do setor – declarou Civita.

O professor Jacintho Câmara ponderou que o sistema de cotas para a veiculação de produtos nacionais nos canais por assinatura pode ser entendido como intervencionista.

O consultor jurídico da ABPTA, Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli, criticou duramente o projeto, colocando em dúvida a constitucionalidade de diversos pontos da matéria. Bitelli também disse que o sistema de cotas para a produção nacional “é absurdo” e intervencionista.

Representando a SKY, a advogada Renata Pagy Bonilha disse que sua empresa é contra o sistema de cotas, que violariam o direito do consumidor, ao obrigá-lo a consumir conteúdo específico.

Luis Roberto Antonik, diretor-geral da Abert, se declarou preocupado com o compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações do Brasil, assunto que precisa ser regido pela Anatel, em sua opinião, para impedir o monopólio das companhias de telecomunicações.

Medida permitirá a massificação do serviço no país

O presidente da Anatel, Ronaldo Mota Sardenberg, afirmou que, se aprovado, o projeto vai contribuir positivamente para a organização do setor de TV por assinatura. Disse que a agência apoia a abertura desse mercado, por entender que isso ajudará na massificação do serviço, principalmente entre a população de baixa renda.

A chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do DPDC-MJ, Alessandra de Almeida Camargo Oliveira, informou que o departamento recebe inúmeras reclamações de assinantes das duas maiores empresas de TV por assinatura do país, NET e SKY.

A diretora da ABPA, Tereza Trautman, afirmou que os pequenos produtores brasileiros aguardam há mais de 20 anos a regulamentação do artigo 221 da Constituição que, entre outros pontos, determina que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos princípios de “promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação” e de “regionalização da produção”.

O presidente do Siaesp, Roberto Moreira, declarou-se favorável às cotas e, citando o recente sucesso do filme *Tropa de Elite 2*, afirmou que o espectador brasileiro gosta do produto nacional.

Proposta também divide senadores. Ideli defende votação rápida e Demóstenes pede mudanças

Crianças cantam em apoio a projeto de Cristovam

Um pequeno coral de crianças de até 5 anos de idade apresentou-se ontem aos senadores que participaram da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Alunos do Instituto de Educação Aidé Neves, da cidade-satélite do Riacho Fundo, no Distrito Federal, os meninos estiveram na comissão, juntamente com suas professoras e dirigentes da instituição, para apoiar o projeto (PLS 170/10) que institui o Dia Nacional da Educação Infantil.

A proposta, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), constava da pauta da CE, mas não chegou a ser votada por tramitar terminativamente na comissão. Ou seja, só poderia ser aprovada se contasse com os votos de mais da metade dos senado-

res do colegiado. Sem esse quórum, a votação do projeto, com voto favorável do relator, senador Flávio Arns (PSDB-PR), ficou para a próxima reunião.

Na opinião do psicólogo do instituto, Luís Gomes Filho, a criação de uma data nacional estimulará o debate, em todo o país, sobre o tema da educação infantil.

– Teremos um dia em que a sociedade poderá dedicar-se à questão da primeira infância, com foco na educação infantil – previu Gomes, para quem o próximo passo deveria ser a realização do primeiro congresso nacional de educação infantil.

Como os demais projetos em pauta também eram terminativos, não houve votações.



Alunos de escola de Riacho Fundo (DF), na CE: defesa do Dia Nacional da Educação Infantil

Ministro do Planejamento avisa que governo refez cálculos e receita vai cair R\$ 12 bilhões. Relator-geral renuncia ao cargo e Ideli Salvatti assume

Aprovado primeiro texto setorial do Orçamento, que tem nova relatoria

EM UM DIA tumultuado pela troca do relator-geral, após a renúncia do senador Gim Argello (PTB-DF), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional só conseguiu votar ontem o primeiro dos dez relatórios setoriais da Lei Orçamentária de 2011, o que trata dos Poderes de Estado e representação.

Hoje e amanhã, a comissão faz pelo menos mais seis reuniões para colocar o trabalho em dia.

Além da troca de relator (*veja matéria à direita*), que agora será a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), também a presença do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, alterou o plano de trabalho da CMO. O ministro informou aos congressistas que o governo refez os cálculos da receita do próximo ano e descobriu que o valor ficará cerca de

R\$ 12 bilhões abaixo do que o previsto na proposta orçamentária para 2011 enviada pelo Executivo.

Menos dinheiro

Segundo Bernardo, isso significa que haverá corte de despesas no Orçamento em tramitação no Congresso. O ministro admitiu que o corte pode ser superior aos R\$ 12 bilhões, uma vez que a Comissão Mista de Orçamento aprovou, em novembro, um acréscimo de R\$ 17 bilhões na receita do ano que vem.

De acordo com Paulo Bernardo, que encaminhará os números hoje à comissão, o Executivo quer trabalhar em sintonia com os parlamentares para evitar que o próximo governo seja obrigado a fazer contingenciamentos elevados em razão da queda de arrecadação.

À saída do encontro com os líderes dos partidos na CMO, o ministro Paulo Bernardo comentou a troca de relator-geral da proposta orçamentária, quando o nome da senadora Ideli Salvatti ainda não havia sido confirmado pelo bloco de apoio ao governo no Senado.

Mas ele assegurou que, se Ideli fosse mesmo a escolhida, não haverá atraso na tramitação da proposta no Congresso. Segundo o ministro, a senadora precisará apenas de "uns três dias para se inteirar do que estava sendo feito."

Aprovações

A Comissão Mista de Orçamento concluiu ontem à tarde a votação do parecer setorial do senador Adelmir Santana (DEM-DF), referente à área temática Poderes do Estado e representação. Esse é o primeiro dos dez

relatórios setoriais que devem ser aprovados pelo colegiado para a proposta orçamentária de 2011.

Na mesma reunião, os parlamentares também aprovaram o relatório do deputado Colbert Martins (PMDB-BA) ao projeto de lei (PLN 38/10) que modifica o Plano Plurianual (PPA) em vigor. A proposta acrescenta ações da segunda fase do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC 2) ao PPA 2008-2011.

A reunião foi encerrada em seguida, pouco antes das 21h. O presidente da comissão, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), marcou nova reunião para hoje, às 15h. Segundo ele, há pelo menos quatro relatórios setoriais em condições de serem votados hoje, por exemplo, o da área da saúde (*confira texto abaixo*). (Com Agência Câmara)

Ideli Salvatti assume no lugar de Gim Argello

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) é a nova relatora-geral do projeto de Orçamento da União para 2011, anunciou ontem o presidente da CMO, deputado Waldemir Moka. Ideli foi indicada pelo líder do Bloco de Apoio ao governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Ideli assume o cargo após a renúncia do senador Gim Argello (PTB-DF). O parlamentar petebista entregou na tarde de ontem à CMO a carta de renúncia ao cargo de relator-geral do Orçamento de 2011.

De acordo com denúncias publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* desde domingo passado, emendas do senador teriam destinado R\$ 3 milhões a entidades fantasmas.

Em sua carta de renúncia, lida em discurso no Plenário pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), Gim Argello diz que, em respeito ao Congresso Nacional, aos colegas, ao PTB e aos eleitores, decidiu deixar o cargo para "evitar que manobras políticas instalem uma crise artificial no limiar do novo governo".

Segundo o senador, a partir de agora será "fiscal diário das investigações das denúncias" que, "injustamente", envolveram seu nome.



Apoiada por Sérgio Guerra e Tião Viana (*em pé*), Ideli Salvatti (*D*) foi indicada por Moka (*C*) como relatora-geral do Orçamento, pouco antes da aprovação do parecer de Adelmir Santana (*ao lado de Gilvam Borges, à esq.*) sobre Poderes de Estado e representação

Congresso faz sessão conjunta para votar créditos suplementares

Novo esforço de entendimento entre líderes da Câmara e do Senado deverá ocorrer hoje, a partir das 12h, para votação de 21 projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) com pareceres já aprovados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Os projetos – que tratam da abertura de créditos especiais e suplementares – entraram em pauta duas vezes em novembro passado, mas não houve acordo para votação.

Desses 21 itens, o PLN 10/10 abre crédito suplementar no valor de R\$ 505,42 milhões para financiar a criação de 37.915 vagas no sistema penitenciário nacional. Já o PLN 27/10 abre crédito suplementar de R\$ 198,04 milhões para viabilizar, entre outras ações, obras em unidades da Polícia Federal com vistas à realização da Copa do Mundo de 2014.

Por sua vez, o PLN 39/10 abre crédito especial de R\$ 150 milhões para custeio da ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões, localizado no Piauí e que se tornou alvo de invasões e exploração indevida de seus ecossistemas.

Dois projetos concentram o maior volume de recursos em pauta: o PLN 49/10, que abre

crédito suplementar no valor de R\$ 1,215 bilhão para viabilizar a manutenção do Programa de Financiamento Estudantil (Fies); e o PLN 61/10, também de abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 1,456 bilhão, este para custear ações como o atendimento a mais 130 mil beneficiários do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) e o Programa Nacional do Livro Didático.

Marinheiro

Amanhã, a partir das 10h, será realizada sessão solene conjunta do Congresso Nacional para comemorar o Dia do Marinheiro.

A data é celebrada em 13 de dezembro, em alusão ao nascimento do almirante Joaquim Marques Lisboa, o marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil.

Tamandaré participou das lutas pela independência do Brasil e da repressão às revoltas ocorridas no período da Regência, como a Cabanagem, no Pará; a Sabinada, na Bahia; a Farroupilha, no Rio Grande do Sul; a Balaiada, no Maranhão; e a Praieira, em Pernambuco.

A exemplo da sessão para votação de projetos, esta acontece no Plenário da Câmara.

Relatório da saúde pede R\$ 74,25 bilhões para 2011

A redução das disparidades nas transferências aos estados de recursos para procedimentos médicos em média e alta complexidade é uma das propostas do relator da área de saúde no Orçamento da União para 2011, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O relatório setorial da saúde é um dos dez que devem ser votados até amanhã pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). A votação desses relatórios setoriais deve permitir a elaboração do relatório-geral, alterando o projeto original do governo federal.

No projeto do Executivo, a distância entre o menor valor *per capita* (R\$ 110,76) e o maior (R\$ 181,41) chega a 69,2%. Com o ajuste sugerido nos valores (R\$ 142,74 e R\$ 188,15), a distância cairia para 31,8%.

O ajuste, que abrange também os valores transferidos para ações de atenção básica à saúde, representará um acréscimo de R\$ 1,05 bilhão

nas despesas de 2011. Como o relator setorial só dispunha de R\$ 822,5 milhões para atender emendas – que totalizam R\$ 7,7 bilhões na saúde –, transferiu para a relatora-geral, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a incumbência de encontrar uma solução para o problema. Mas Flexa Ribeiro fez, em seu relatório, duas tabelas com sugestão para novos valores *per capita*, tanto para os procedimentos básicos como para os de média e alta complexidade.

Transferências

Dos R\$ 74,25 bilhões previstos para o Ministério da Saúde no próximo ano, 76,6% (R\$ 56,89 bilhões) contemplam as transferências a estados, Distrito Federal e municípios para custeio de ações de assistência médico-hospitalar e de atenção básica à saúde.

Segundo Flexa Ribeiro, a maior parte dos gastos ocorre em assistência ambulatorial e hospitalar. Os R\$ 33,84 bilhões

Dos R\$ 74,25 bi previstos para 2011, três quartos são transferências para estados e municípios



Flexa quer corrigir distorções na transferência de recursos da saúde

previstos para 2011 representam um acréscimo de 7,6% em relação a 2010 (R\$ 31,46 bilhões).

A atenção básica à saúde, que reúne os recursos destinados a financiar as ações de expansão e consolidação do Saúde da Família e dos agentes comunitários em todos os municípios, detém cerca de R\$ 11,82 bilhões, com crescimento de 14% em relação a 2010.

Flexa Ribeiro observou que, quanto à área de saneamento, a proposta apresentou decréscimo de 9,9% em relação a 2010. A aplicação em resíduos sólidos urbanos, conforme o relator, é 49,2% inferior ao autorizado para 2010.

Diretor de consórcio afirma em audiência pública que o Ibama só autorizará o início da construção quando todas as condicionantes forem cumpridas

Usina de Belo Monte aguarda solução conciliadora

O IBAMA SÓ autorizará o início das obras da usina de Belo Monte, no Pará, quando todas as condicionantes forem cumpridas, disse ontem o diretor-presidente do Consórcio Norte Energia, Carlos Nascimento. Ele informou que as exigências ambientais terão um custo de R\$ 2,1 bilhões.

Para o diretor do consórcio, é preciso encontrar uma "solução conciliadora" dos vários interesses envolvidos na construção da usina. Por se tratar de empreendimento de grande porte, declarou, os empreendedores dependem de financiamento para poder atender às condicionantes impostas, especialmente pelo Ibama.

Carlos Nascimento participou de audiência pública promovida pela subcomissão temporária que trata da execução das obras de Belo Monte, ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A subcomissão vai realizar diversos debates sobre o assunto.

Segundo Nascimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já



Flexa Ribeiro (D), ao lado de Carlos Nascimento, acompanha esclarecimentos de Thomaz de Toledo, coordenador de licenciamento de hidrelétricas do Ibama

aprovou a consulta prévia do processo de financiamento. Ainda há três fases até a liberação dos recursos, uma das quais, explicou, depende da licença para instalação do empreendimento.

Na avaliação do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o empreendimento se encontra num "impas-

se", uma vez que o Ministério Público exige definição da fonte dos investimentos e o Ibama, o cumprimento de determinadas condições para autorizar o início da instalação dos canteiros de obras.

O senador ressaltou que o Brasil precisa de energia para crescer, porém o empreendimento

terá de ser feito com segurança, em especial no que se refere a questões socioambientais.

O coordenador da transição no governo do Pará, Sérgio Leão, afirmou que a administração estadual vai acompanhar todo o processo de instalação dos canteiros de obras, bem como o andamento do empre-

endimento. Ele observou que Belo Monte exigirá recursos muito superiores ao orçamento do Pará. Além disso, assinalou que o estado não tem experiência em grandes projetos bem sucedidos e que as sequelas ambientais e sociais de grandes projetos mal concebidos permaneceram.

Ministério Público é contra licenças fracionadas

O Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA) é contra a liberação de licenças fracionadas enquanto os responsáveis pelas obras não cumprirem as exigências do órgão ambiental. A informação foi dada ontem pelo procurador-chefe do MPF-PA, Ubiratan Cazetta. Ele acrescentou que a instituição defende que a licença fracionada deixe de existir no ordenamento jurídico do país.

O debate de ontem foi provocado justamente pela possibilidade de se iniciarem as obras antes de o Ibama liberar a licença que permite a abertura dos trabalhos.

A solicitação do encontro, explicou o presidente da subcomissão que trata das obras de Belo Monte, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), partiu do próprio Consórcio Norte Energia, vencedor do leilão para construir a usina, diante da preocupação com o período de chuvas, o que impediria o início das atividades em 2011.

De acordo com o coorde-



Para o procurador Cazetta, o ideal é que licenças fracionadas deixem de existir

nador de licenciamento de hidrelétricas do Ibama, Thomaz Toledo, algumas medidas recomendadas pelo órgão para a instalação do canteiro ainda não foram implementadas. Entre elas, estão reformas nos equipamentos de saúde, educação e saneamento de Belo Monte do Pontal; contratação de profissionais de saúde para o município de Altamira; e obras de saneamento nessa cidade e

em Vitória do Xingu.

Para que o Ibama possa se posicionar sobre o assunto, o órgão recorreu à Advocacia Geral da União informando a posição do MPF-PA contrária à licença fracionada. Toledo disse que o Ibama exige entendimento entre os municípios, o governo do Pará e o empreendedor na realização de ações em setores de competência do Estado, como a segurança pública.

"O simples anúncio da obra já trouxe impactos profundos"

A simples instalação do canteiro de obras para a construção da usina já traz impactos muito fortes para a região. Mesmo o anúncio da obra já modificou os municípios envolvidos, afetando áreas como saúde, segurança e educação, ressaltou o procurador Ubiratan Cazetta.

Apenas o anúncio de que Belo Monte será construída fez com que o valor dos imóveis para locação em Altamira triplicasse, disse. O aluguel do próprio prédio do MPF no Pará, no município de Altamira, saltou de R\$ 3 mil para R\$ 9 mil.

Para Cazetta, é preciso que o Ibama detalhe as medidas necessárias para a liberação da licença prévia, com informação não apenas sobre as ações, mas também sobre seus responsáveis e os custos.

Questionado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre a possibilidade de assinatura de um termo de ajustamento de conduta entre Ministério

Público, governo e Consórcio Norte Energia para possibilitar a instalação do canteiro de obras, Cazetta afirmou que a proposta enfrentará resistência da Quarta Câmara do MPF, que trata da questão ambiental.

O procurador comparou o caso de Belo Monte à construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, que recebeu a licença fracionada do Ibama. Cazetta disse que isso não deveria ter ocorrido e não poderá ser repetido.

O procurador informou que oito ações na Justiça questionam a execução da obra e alertou para a possibilidade de as atividades ainda serem paralisadas para realização de mais estudos, caso algum desses processos seja julgado procedente.

A usina de Belo Monte, ressaltou, vem sendo discutida desde 1985 e deve ser modelo para obras semelhantes, sem repetição de erros já registrados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Heráclito Fortes • Augusto Botelho • Delcídio Amaral

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sílvia Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Heráclito: não há transição de governo, mas continuidade

A transição do governo Lula para o governo Dilma “tem tudo para ser apenas a troca de um retrato por outro”, afirmou ontem Heráclito Fortes (DEM-PI). Na opinião do senador, o país não vive uma transição, “mas uma continuação de erros e sem nenhuma novidade”. No entanto, disse, “a presidente eleita quer mostrar ao Brasil e ao mundo que tem personalidade própria com opiniões divergentes das de Lula”.

Heráclito lembrou o que chamou de “omissão do Brasil” diante das atrocidades cometidas pelo governo do Irã em relação aos direitos humanos e a “revoltante hipocrisia de alguns parlamentares da base do governo, que silenciaram quando o Brasil se omitiu”. No entanto, acrescentou, bastou a presidente eleita firmar sua posição contrária e manifestar que não é complacente quando está em jogo a vida humana, “para surgirem as solidariedades oportunistas”.

– É lamentável ver o acorramento de um poder que tinha tudo para ser livre, para ter opinião própria, para ser uma caixa de ressonância da sociedade e não apenas ser uma casa de dizer amém – disse.

O senador também conde-

nou promessa do ministro da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, feita durante uma cerimônia de premiação de profissionais do futebol. O ministro anunciou a criação de um plano de previdência complementar (EsportePrev) que beneficiaria atletas de todo o país. Heráclito disse ter esperado que alguma voz questionasse a “declaração irresponsável e leviana” de criar aposentadoria para jogadores de futebol com respaldo financeiro do fundo de pensão dos trabalhadores da Petrobras (Petros).

– Não podemos desprezar os trabalhadores da Petrobras que contribuíram anos a fio para esse fundo de previdência. Não há como transformar em beneficiário quem não contribuiu. É Natal, mas esse Papai Noel é inaceitável. E os aposentados, os mutilados, os portadores de deficiências, os familiares das vítimas do narcotráfico? Por que não criar um fundo específico com parte dos contratos milionários de venda de passes para o exterior? – questionou.

Heráclito afirmou ainda que a presidente eleita “poderá ser perseguida por uma sombra maléfica”, representada pela compra de um novo avião presidencial anunciada pelo presidente Lula.



Heráclito Fortes acredita que o governo de Dilma Rousseff não trará nenhuma novidade e manterá erros do governo anterior

TSE exclui Capiberibe do resultado eleitoral do Amapá

A ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Cármen Lúcia determinou ontem ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amapá que proclame novo resultado das eleições para senador e deputado no estado, sem os nomes de João Capiberibe e Janete Capiberibe, ambos do PSB. Candidatos aos cargos de senador e deputada federal, respectivamente, os dois obtiveram votação para serem eleitos, mas tiveram os registros de candidatura indeferidos pelo TSE.

João e Janete Capiberibe foram considerados inelegíveis pelo TSE, nos termos da Lei da Ficha Limpa, por terem sido cassados em 2004, sob acusação de compra de votos. O TRE, porém, proclamou os dois eleitos porque ainda cabe recurso das decisões: João Capiberibe recorreu ao Plenário do TSE, enquanto Janete aguarda

decisão do STF. A diplomação dos eleitos está prevista para 17 de dezembro.

Com base na jurisprudência do TSE, Cármen Lúcia defendeu a tese de que são nulos os votos conferidos a candidatos que tiveram o registro de candidatura indeferido antes da eleição, situação que permanece até o trânsito em julgado do pedido de registro. A nova decisão do TSE atende medidas cautelares do Ministério Público Eleitoral e do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), candidato à reeleição.

O relatório geral das eleições proclamado pelo TRE aponta Randolfe Rodrigues (PSOL) em primeiro lugar, com 203.259 votos, e Capiberibe em segundo, com 130.038. A decisão do TSE garante a Gilvam Borges, que teve 121.015 votos, a segunda vaga no Senado pelo Amapá.



Pedro Arraes (E), da Embrapa, o senador Valter Pereira e Marco Farani, da ABC: incentivo à internacionalização da empresa

Embrapa defende MP que permite pesquisa no exterior

Presidente da empresa afirma, em debate na CRA, que a estatal já é de fato internacional, mas que ajuste na lei vai lhe trazer maior agilidade e flexibilidade

A EMPRESA BRASILEIRA de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) já é, de fato, uma empresa internacional, mas a formalização dessa realidade vai lhe conferir maior agilidade e flexibilidade. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da estatal, Pedro Arraes, na audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Arraes e o diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Marco Farani, discutiram, na comissão, as alterações propostas pela Medida Provisória (MP) 504/10 na lei que criou a Embrapa (Lei 5.851/72), para permitir à empresa realizar pesquisas no exterior. A proposta está sendo analisada pela Câmara

dos Deputados e depois será encaminhada para votação no Senado.

– A Embrapa nasceu internacional – afirmou Pedro Arraes, que defendeu a aprovação da MP.

O presidente da Embrapa explicou aos senadores que a empresa tem três áreas de atuação fora do Brasil: cooperação científica, cooperação técnica e negócios tecnológicos.

Intercâmbio

A área científica, segundo explicou, sempre foi a prioridade da Embrapa em sua atuação internacional, principalmente porque garante competitividade à agricultura brasileira, por

meio do intercâmbio de conhecimentos. Segundo Arraes, o Brasil desenvolve pesquisa em diversos setores, com o objetivo de incorporar novas variedades ao acervo genético do país, área de grande importância para o agronegócio.

– Atualmente, o acervo genético brasileiro contém 23 mil amostras de soja e outras 17 mil de arroz, todas americanas, o que dá uma dimensão do que é essa troca de material – explicou o presidente da Embrapa, que tem orçamento de R\$ 1,1 bilhão.

Pedro Arraes disse ainda que a atuação da empresa no exterior é parte da estratégia do governo para ajudar outros países.



Augusto Botelho (E) e Gilberto Goellner, durante a audiência pública: senadores pediram explicações sobre vantagens da medida provisória

ABC apoia transferência de “boas práticas”

O diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Marco Farani, explicou que a instituição coordena a prestação de cooperação da Embrapa no exterior, que ocorre basicamente na área de conhecimento, por meio de projetos pelos quais o “Brasil procura transferir boas práticas nas mais diversas áreas”.

– Não doamos recursos ou equipamentos e não fazemos apoio a orçamentos a outros países. Doamos basicamente conhecimento – garantiu Marco Farani.

Segundo Farani, a ABC, que faz parte da estrutura do Ministério das Relações Exteriores, atua de maneira solidária para fortalecer a liderança brasileira entre os países em desenvolvimento.

Atualmente, o Brasil desenvolve projetos de cooperação com 81 países e, para isso, a ABC executou integralmente os R\$ 52 milhões de recursos do Orçamento que recebeu em 2010. Para 2011, de acordo com Farani, já estão garantidos R\$ 42 milhões em recursos; outros R\$ 50 milhões foram solicitados por meio de emendas.

Medida facilita coleta de royalties e treinamentos

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT), autor do pedido para realização da audiência pública, questionou que tipo de agilidade a aprovação da MP pode proporcionar à Embrapa.

O presidente da empresa, Pedro Arraes, explicou que, por falta da institucionalização da atuação da Embrapa no exterior, há muita dificuldade na arrecadação de royalties, por exemplo. Além disso, lembrou, vários outros procedimentos serão facilitados e flexibilizados com a aprovação da MP, entre eles a realização de cursos e o pagamento de técnicos.

Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que, embora ajude vários países, o Brasil também é muito carente na área de pesquisas e, precisa, portanto, priorizar as necessidades e os problemas internos. Já o presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), observou que, além de tudo que tem produzido em diversas áreas, a Embrapa é motivo de orgulho para o país.

– É ter orgulho de ser uma instituição brasileira respeitada internamente e internacionalmente, com credibilidade que se coloca acima das divergências políticas e partidárias – afirmou.

Novo Código de Processo Penal é enviado à Câmara. Texto aumenta as oportunidades de prisões cautelares, permite a soltura com monitoramento eletrônico e também amplia direitos de vítimas de crimes

Plenário aprova novo CPP, que enxuga recursos e acaba com prisões especiais

O SENADO APROVOU na noite de ontem, em sessão extraordinária, o substitutivo do senador Renato Casagrande (PSB-ES) ao projeto (PLS 156/09) que reforma o Código de Processo Penal. Apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), o projeto é fruto do trabalho de uma comissão externa de juristas e de uma comissão de senadores criada pelo presidente da Casa.

O novo CPP, que será enviado agora à Câmara dos Deputados, agiliza os procedimentos, diminui o número de recursos e acaba com a prática do recurso para procrastinar, já que suspende o

prazo de prescrição.

Demóstenes Torres (DEM-GO), que presidiu a comissão de senadores encarregada de elaborar o novo CPP, frisou o fim da prisão especial como uma evolução, já que um médico, um pedreiro, um senador ou um lixeiro que cometem um estupro, por exemplo, não podem ser tratados de forma diferenciada, são todos criminosos e devem ter o mesmo tratamento.

– Qual a diferença entre um pedreiro assassino e um senador assassino? São todos criminosos, e devem ir para o mesmo lugar – disse.

Pelo novo código, aumentam as oportunidades de prisões cautelares e também se possibilita a soltura com a utilização de monitoramento eletrônico, o que poderá ocasionar a diminuição da ocupação das prisões.

Também haverá modificações quanto ao pagamento da fiança, garantindo que ela se torne efetivamente um instrumento para penalizar quem está sendo denunciado ou investigado por um crime. Outra modificação diz respeito às prisões temporárias, evitando-se assim que as pessoas permaneçam até sete

anos presas preventivamente e sem julgamento.

Longo processo

Para o senador Renato Casagrande, que ressaltou a contribuição que o novo código trará à sociedade brasileira, uma das modificações mais importantes introduzidas pelo substitutivo é a garantia do direito da vítima.

Pelo texto aprovado, ela ganha, por exemplo, o direito de ser informada desde a prisão até a absolvição ou condenação do acusado, obter cópias de peças do inquérito policial e do processo penal.

A aprovação concluiu um processo iniciado em 2008, quando, a convite do presidente Sarney, foi constituída a comissão de juristas. Seu objetivo era reunir sugestões de modificação do código vigente, considerado ultrapassado. Para tanto, a comissão realizou 17 audiências públicas em várias capitais. O trabalho culminou na entrega do anteprojeto do novo código, convertido no PLS 156/09.

Na presidência da sessão, José Sarney agradeceu a colaboração de todos os envolvidos, especialmente a dos membros do Judiciário.



Gerardo Magela/Senado Federal

Vinte senadores apartearam Marco Maciel para elogiar sua trajetória

Em tom de adeus, Maciel reitera fé na democracia

Em discurso em tom de despedida, o senador Marco Maciel (DEM-PE) lembrou seus 40 anos de vida pública, dedicados ao estado de Pernambuco e ao país. O parlamentar destacou, em especial, o processo de transição democrática com a eleição indireta de Tancredo Neves via Colégio Eleitoral e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte que culminou com a promulgação da Constituição de 1988.

Nesse processo, Marco Maciel deu ênfase à dissidência do Partido Democrático Social (PDS) que levou à criação do Partido da Frente Liberal (atualmente Democratas), ao qual pertence. O partido, disse o senador, foi criado para “superar as dificuldades e enfrentar as novas realidades”.

– Não pratico a política como um mero exercício ou um simples desfrute de poder, que é a forma mais mesquinha de exercê-la. Entendo-a e a pratico como uma possibilidade de transformar o poder para fazer dele um instrumento de justiça, de igualdade e de bem-estar coletivo – disse o senador.

Ao defender a democracia, Maciel destacou a capacidade dos homens públicos de, em momentos difíceis do país, resolverem as crises, e citou a Aliança Democrática, com Tancredo Neves e José Sarney, na transição depois do regime militar de 1964.

O parlamentar ressaltou também a participação de movimentos da sociedade civil na redemocratização como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a imprensa, universidades e sindicatos.

Ao falar de sua atuação no Senado, Marco Maciel disse que, mais do que uma vocação, a vida pública que abraçou há quase meio século “é um compromisso com o nosso povo e suas instituições”.

Vinte senadores, em apartes, ressaltaram as qualidades de Maciel como homem público e intelectual, a honestidade, ética, respeito ao interesse público e reputação, em todos os cargos públicos que ocupou, inclusive o de vice-presidente da República.



Gerardo Magela/Senado Federal

Relator do projeto, senador Renato Casagrande destaca a importância da modernização do código para a sociedade

Delcídio pede atenção às áreas fronteiriças

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), elogiou ontem a ação conjunta de forças do estado e da União no combate ao narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro, observando, no entanto, que esta ofensiva foi direcionada apenas às consequências, e não à verdadeira origem do mal: o abandono das fronteiras brasileiras.

– O grande desafio da segurança pública no Brasil são as regiões de fronteira. Se não equacionarmos essa questão, não teremos sucesso no combate ao crime organizado e não vamos resolver o problema da

violência – afirmou.

Delcídio reconheceu pequenas medidas que vêm sendo tomadas isoladamente, como o estabelecimento, no Mato Grosso do Sul, de um posto avançado da Força Nacional – onde é dado treinamento não só para o contingente da própria Força mas para outras polícias –, e a destinação de recursos do Orçamento para incrementar a vigilância nas fronteiras.

Mas o senador disse que o novo Congresso deve ser mais enfático na busca de uma solução definitiva para a região, e se comprometeu a lutar priorita-

riamente por essa questão.

Para o senador, além da adoção urgente de políticas públicas para o controle e vigilância das fronteiras, também é essencial investir no desenvolvimento, com geração de emprego priorizando a vocação da região e criando condições para que os habitantes tenham perspectiva e futuro – do contrário, continuarão sendo alvo fácil do contrabando e da ilegalidade.

Delcídio acrescentou que é preciso também uma política diferenciada de saúde, já que os hospitais das cidades fronteiriças atendem a índios e



Gerardo Magela/Senado Federal

Áreas precisam de políticas especiais de educação e saúde, afirma Delcídio

estrangeiros; e de educação, com reconhecimento de cursos feitos fora do Brasil.

Mozarildo exalta seminário sobre faixa de fronteira

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a realização, pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, do seminário Perspectivas sobre a Faixa de Fronteira. Para ele, trata-se de evento “com importância ímpar para o momento que vivemos”.

O senador disse que o Brasil tem uma fronteira de 15,7 mil quilômetros com dez países, uma das maiores do mundo. Acrescentou que é por essas áreas que passam armas e drogas que contribuem para o crescimento da criminalidade no Rio de Janeiro.



Gerardo Magela/Senado Federal

Mozarildo lembra que pelas fronteiras é que entram armas e drogas no país

Mozarildo assinalou que a Constituição define como faixa de fronteira toda a região situada a até 150 quilômetros das divisas do país, o que equivale a 27% do território nacional. Ele foi apoiado, em apartes, por Augusto Botelho (sem partido-RR) e Paulo Paim (PT-RS).

Augusto é contra ampliar unidades de conservação

Augusto Botelho (sem partido-RR) protestou contra a intenção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade de ampliar três unidades de conservação de Roraima: a Estação Ecológica de Maracá, que é uma ilha, o Parque Nacional do Viruá e a Reserva Florestal do Parima.

Com a ampliação, as três áreas somariam 14% da área total do estado (224 mil km²). Segundo Augusto Botelho, de acordo com o Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima, 45,40% das terras são reservas indígenas e 8,86% são unidades



J. Freitas/Senado Federal

Senador diz que Roraima já tem mais da metade de seu território protegido

de conservação. Outros 28,51% são do Incria; 1,23%, do Exército; 10,59%, do governo estadual; e 5,41% são terras particulares.

– Temos que discutir melhor os parâmetros usados para tomar essa decisão, pois a grande maioria da população do meu estado é contra – advertiu.